

Enquanto reajuste de servidor está indefinido, preços sobem e salários seguem congelados

O sábado, 9, foi marcado por mais um dia de luta pelo fim do governo Bolsonaro. Servidores da base da Condsef/Fenadsef, filiada à CUT e à ISP, engrossaram o coro dos que cobram melhor distribuição de renda, políticas e serviços públicos que atendam a população brasileira cansada de pagar o preço com a retirada de direitos e a volta ao mapa da fome.

Servidores públicos vem cobrando uma resposta do governo Bolsonaro para atendimento de uma reposição salarial emergencial. A categoria amarga mais de cinco anos de salários congelados. Ainda sem respostas do governo, que insiste em não abrir um processo efetivo de negociações com representantes do funcionalismo, os preços seguem em disparada enquanto o poder de compra encolhe cada dia mais.

Ao invés de negociar e promover um diálogo com a categoria, o ministro da Economia, Paulo Guedes, prefere continuar 'atacando' os servidores. Em mais uma de suas declarações polêmicas, o ministro disse em encontro voltado para o mercado financeiro que conceder reajuste salarial poderia trazer de volta o período de hiperinflação, anterior ao Plano Real.

A declaração foi fortemente rechaçada já que enquanto mantém salários do funcionalismo sem qualquer reajuste o governo Bolsonaro já é responsável por uma inflação superior a 20%. Só nos três primeiros meses desse ano a inflação alcançou 3,22%, perto da meta anunciada para o ano todo. E um novo recorde acaba de ser atingindo com a maior inflação para o mês de março desde 1994.

A Condsef/Fenadsef reforça que os recursos existem para que o governo atenda a reivindicação de reposição salarial emergencial do funcionalismo. Só no ano passado, a arrecadação federal cresceu 17,3%.

Além disso, as contas públicas tiveram um superávit de quase R\$ 65 bilhões. Em contrapartida, despesas de pessoal tiveram uma redução de cerca de R\$19 bi sob o discurso de 'contingenciamento' pregado pelo governo. Sinônimo de desmonte.

"Está tudo caro e a culpa é do Bolsonaro", foi um dos gritos que ecoaram em dezenas de atos que reuniram milhares de trabalhadores em todo o Brasil.

Vem aí mais uma Jornada de Luta

Para seguir fortalecendo a luta dos federais por uma reposição



ção salarial emergencial as entidades reunidas no Fonasefe aprovaram mais uma Jornada de Luta que vai acontecer entre os dias 25 e 29 desse mês.

Atos e protestos vão acontecer em todo o Brasil, além de uma caravana que virá a Brasília reforçar um grande ato no dia 28. Até lá, fica mantida a vigília diária e permanente em frente ao Bloco P do Ministério da Economia, onde o 'ministro da língua venenosa', Paulo Guedes, dá expediente.

Fonte: Condsef

GREVE GERAL

* DELIBERADA EM ASSEMBLEIA GERAL
REALIZADA DIA 07/04/22 CONFORME EDITAL 04/22.

13

ABRIL

CONSTRUA ESSE MOVIMENTO CONOSCO!

A partir do dia 13 de abril (quarta-feira), precisamos de você, servidor e servidora, para fazer corpo nesse movimento legítimo, que traz como pauta a **REPOSIÇÃO EMERGENCIAL DE 19,99%**.

- ✓ 6 anos sem reajuste salarial;
- ✓ Inflação atingindo os dois dígitos;
- ✓ Desvalorização dos servidores e servidoras federais.

SINDSEP
MARANHÃO
SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
FEDERAIS NO ESTADO DO MARANHÃO

Filiado à CUT CONDEF FENADSEF

www.sindsep.org.br
 @SindsepMaranhao
 Sindsep.MA
 @SindsepMaranhao
 SindsepMaranhao



Enem 2022: estudantes têm até sexta-feira para pedir isenção de taxa de inscrição

Termina às 23h59 da próxima sexta-feira (15) o prazo para que estudantes que pretendem fazer o Exame Nacional do Ensino Médio 2022 (Enem) e não podem pagar, pedir a isenção da taxa de inscrição. O requerimento deve ser feito na Página do Participante (enem.inep.gov.br).

De acordo com as regras do Enem, têm direito à gratuidade todos os participantes que se enquadram nas seguintes situações:

- estar na última série do ensino médio este ano em escolas públicas;
- ter cursado todo o ensino médio em escola pública;
- ou que sejam bolsistas integrais em escolas privadas;
- os candidatos precisam ter renda igual ou inferior a um salário mínimo e meio, ou seja, R\$ 1.818, por pessoa; e,
- participantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por serem membros de família de baixa renda, e que estejam inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

Qual a documentação exigida?

Entre os documentos exigidos para a dispensa da taxa de inscrição estão:

- cédulas de identidade do participante e dos demais membros que compõem o núcleo familiar;
- a cópia do cartão com o NIS válido, no qual está a inscrição no CadÚnico;

- uma declaração que comprove a realização de todo o ensino médio em escola pública ou histórico escolar do ensino médio, com assinatura e carimbo da escola.
- No caso de participante bolsista, acrescentar a declaração da escola que comprove a condição de bolsista integral em todo o ensino médio.

E quem faltou em 2021 nos dias de prova?

Também têm direito a isenção da taxa de inscrição os estudantes que já eram isentos no Enem 2021, mas, por algum motivo, faltaram no dia da prova e desejam fazer o Enem 2022 gratuitamente.

Nesse caso, os candidatos devem também enviar documentos que justifiquem a ausência, como atestados médicos e Boletins de Ocorrência (BO) em casos de acidentes, roubos ou qualquer outra ocorrência relacionada a polícia.

Somente serão aceitos documentos nos formatos PDF, PNG ou JPG, com o tamanho máximo de 2 MB.

Quando saem os resultados sobre a isenção?

Os resultados, tanto da justificativa de ausência quanto da solicitação de isenção da taxa de inscrição para o Enem 2022, serão divulgados em 22 de abril, na Página do Participante.

Quem tiver o pedido negado poderá recorrer entre 25 e 29 de abril.

O resultado dos recursos será divulgado em 6 de maio.

Quando começam as inscrições do Enem 2022?

A segunda etapa para quem quer participar do Enem 2022 é se inscrever no exame.

O edital com as datas das inscrições e das provas ainda não foi publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Para que servem as notas do Enem?

As notas do Enem podem ser usadas pelos estudantes para ingressar no ensino superior, em universidades públicas e privadas, e para participar de programas federais como o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

